

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA COLINAS

REQUERIMENTO Nº 07/2026

07

EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 02/2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder onerosamente os créditos de precatórios do **FUNDEF**, e dá outras providências.

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador Orlando Ribeiro dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Nova Colinas/MA

Os Vereadores abaixo assinado, com assento nesta Casa Legislativa, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER à Mesa Diretora, após deliberação e aprovação do soberano Plenário, a convocação de uma AUDIÊNCIA PÚBLICA para a discussão aprofundada do Projeto de Lei nº 02/2026, de autoria do Poder Executivo.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 02/2026 visa autorizar a Prefeitura Municipal de Nova Colinas a realizar a cessão definitiva e onerosa, mediante licitação pública, dos direitos creditórios oriundos dos Processos Judiciais nº 0076406-23.2016.4.01.3400 e 0017546-12.2010.4.01.3700, referentes a repasses do extinto FUNDEF. A matéria propõe a antecipação de receitas mediante o mercado financeiro, amparada pela Lei Complementar Federal nº 208/2024.

Trata-se de uma operação financeira de alta complexidade (securitização de ativos) que impactará diretamente o patrimônio público, o planejamento orçamentário futuro e, sobretudo, os direitos dos profissionais da educação municipal. O projeto estabelece, em seu Art. 2º, § 2º, que o deságio cobrado pelo cessionário seja abatido tão somente da parcela dos juros moratórios. Contudo, a ausência de detalhamento no texto original sobre a estrita subvinculação legal (EC nº 114/2021) do percentual de 60% do montante principal para rateio entre os profissionais do magistério exige cautela e amplo debate.

A realização de audiência pública consagra o princípio constitucional da publicidade, da transparência e da gestão democrática do ensino público. A oitiva da sociedade civil, da classe dos professores e dos técnicos do Executivo é medida imperativa para suprir possíveis lacunas do projeto, esclarecer os reais custos da operação (deságio) e assegurar que não haverá perda no valor principal destinado à educação básica do município.



DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requeiro que a Audiência Pública seja agendada em dia e horário que possibilite a ampla participação popular, solicitando, desde já, a expedição de convite e/ou convocação formal às seguintes autoridades e representações:

1. A Excelentíssima Prefeita Municipal, Sra. Mariana Pinto Ribeiro Macedo, ou representante legal;

2. O Secretário Municipal de Educação;

3. O Secretário Municipal de Finanças/Planejamento;

4. O Procurador-Geral do Município;

5. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação atuantes em Nova Colinas;

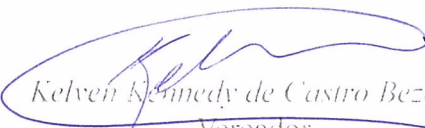
6. O Presidente e membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB);

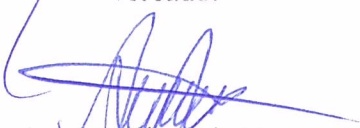
7. Representante do Ministério Público do Estado do Maranhão (Promotoria de Justiça da Comarca);

8. Profissionais da educação, comunidade escolar e a população em geral, por meio de ampla divulgação nos meios de comunicação oficiais da Câmara.

Certo de contar com a sensibilidade dos nobres pares para a aprovação desta proposição, que visa resguardar o erário e os direitos da classe educadora, subscrevo-me.

Nova Colinas - MA, 25 de setembro de 2026.


Kelven Kennedy de Castro Bezerra
Vereador


Antonio Alves da Costa
Vereador


Miguel Moraes da Silva
Vereador